Jusbrasil - Legislação

02 de maio de 2018

Lei 8493/03 | Lei nº 8493 de 12 de maio de 2003

Publicado por Câmara Municipal de Santo Andre (extraído pelo Jusbrasil) - 14 anos atrás

DISPÕE SOBRE CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, INCLUSIVE NOS CASOS DE DIVULGAÇÃO DE LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS. [Ver tópico \(596 documentos\)](#)

JOÃO AVAMILENO, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Santo André decreta e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º É proibida nas vias e logradouros públicos publicidade ou propaganda de qualquer natureza, na forma de panfletos, folhetos ou material impresso de qualquer tipo, lançados a esmo de veículos, aeronaves, edifícios ou por qualquer outro meio. [Ver tópico \(71 documentos\)](#)

Art. 2º A distribuição manual de panfletos, folhetos ou outro será autorizada em locais previamente estipulados pelo órgão mediante prévio requerimento do interessado. [Ver tópico \(139 documentos\)](#)

Precisa de uma orientação jurídica?

§ 1º O requerente utilizará no máximo quatro pessoas por ponto para fazer a entrega de seu material, sendo que todo o pessoal envolvido na distribuição deverá estar uniformizado e portando crachás onde deverão constar o seu nome, número do RG e nome da empresa solicitante. [Ver tópico](#)

§ 2º O material a ser distribuído deverá ser biodegradável e estar disposto em sacolas de plástico leitoso, na cor branca, medindo 0,30m de altura por 0,20m de largura e tendo em seu lado externo o logotipo da Prefeitura Municipal de Santo André, com a mensagem educativa: "Jogue o lixo no lixo. Ajude a manter a cidade limpa". [Ver tópico \(3 documentos\)](#)

x

§ 3º A distribuição será permitida somente aos sábados, domingos e feriados, no horário das 8 às 17 horas. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

Art. 3º A empresa interessada deverá portar a autorização expedida pelo órgão competente no local autorizado para a distribuição para exibi-la à fiscalização sempre que solicitado. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

Art. 4º A implantação de cavaletes, placas, banners ou outros elementos de apoio à publicidade e propaganda de lançamentos de empreendimentos imobiliários a serem colocados em vias e logradouros públicos será autorizada em locais determinados, mediante requerimento previamente encaminhado pelo interessado ao órgão competente.

[Ver tópico \(1 documento\)](#)

§ 1º As calçadas das vias e logradouros públicos autorizados deverão ter largura mínima de 2,5 metros. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

§ 2º Vetado. [Ver tópico](#)

§ 3º As placas, banners ou outros elementos a serem afixados em postes de iluminação pública deverão medir no máximo 1,0m de altura e 0,70m de largura. [Ver tópico](#)

§ 4º A autorização só poderá ser expedida para os sábados, domingos e feriados, no horário das 8 às 17 horas. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

§ 5º Os banners e cavaletes não poderão obstruir a visão dos logradouros e esquinas. [Ver tópico](#)

Precisa de uma
orientação jurídica?

; de

Art. 5º Excetua-se da proibição constante do art. 30, inciso IV, da Lei nº 5.579, de 09 de maio de 1979, os postes de iluminação, desde que o interessado cumpra as seguintes exigências: [Ver tópico \(11 documentos\)](#)

requiera autorização junto às empresas concessionárias para uso de postes como elemento de suporte;

apresente a comprovação da referida autorização junto ao órgão municipal competente.

Art. 6º O órgão municipal competente poderá, a qualquer tempo, suspender a emissão de autorização de distribuição manual de panfletos e similares, ou a colocação de cavaletes, placas ou outros elementos de apoio à publicidade sempre que julgar conveniente a manutenção das condições de limpeza e de segurança das vias e logradouros públicos. [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

Art. 7º A distribuição manual de panfletos e similares ou a colocação de cavaletes, placas ou outros elementos de apoio à publicidade não autorizada ou em desconformidade com o disposto nesta lei, ensejará a aplicação das seguintes penalidades por local de distribuição:

[Ver tópico \(29 documentos\)](#)

I - apreensão do material utilizado; [Ver tópico](#)

II - multa de 500 FMPs; [Ver tópico](#)

III - na reincidência, multa em dobro. [Ver tópico](#)

Art. 8º O disposto nesta lei não se aplica a materiais previstos em legislação específica e usados em épocas de eleições. [Ver tópico](#)

Art. 9º O Executivo Municipal regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias. [Ver tópico](#)

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o artigo 22 da Lei nº 5.579, de 09 de maio de 1979. Prefeitura Municipal de Santo André, 12 de maio de 2003. [Ver tópico](#)

Precisa de uma orientação jurídica?

JOÃO AVAMILENO

Prefeito Municipal

Precisa de uma
orientação jurídica?